

LEGISLAÇÃO:

PORTARIA N.º 159/2018, DE 1 DE JUNHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 159/2018, de 1 de junho, alterou a Portaria n.º 130/2016, de 10 de maio, que define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deva ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes [↗](#).

PORTARIA N.º 166/2018, DE 8 DE JUNHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 166/2018, de 8 de junho, alterou as instruções de preenchimento do anexo das regularizações do campo 40 da declaração periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), passando a exigir-se a indicação do ano e do mês da emissão do documento retificativo da fatura, quando o sujeito passivo tenha inscrito regularizações a seu favor no campo 40 da declaração periódica por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 78º do Código do IVA [↗](#).

DECRETO-LEI N.º 45/2018, DE 19 DE JUNHO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 45/2018, de 19 de junho, criou o Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema e, consequentemente, revogou o benefício fiscal à produção cinematográfica previsto no artigo 59º-F do Estatuto dos Benefícios Fiscais, bem como na alínea h) do n.º 2 do artigo 92º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e na Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril [↗](#).

JURISPRUDÊNCIA:

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 242/2018, DE 7 DE JUNHO

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 242/2018, de 7 de junho, declarou, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade do n.º 3 do artigo 7º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho (Lei do Acesso ao Direito e aos Tribunais), na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas, por violação do n.º 1 do artigo 20º da Constituição da República Portuguesa [↗](#).